



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

ACTA N.º 45/XI/2.ª

Aos trinta dias do mês de Março de dois mil e onze, pelas dez horas e quinze minutos, reuniu, na Sala 6 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, com a seguinte ordem de trabalhos:

10:00 Horas

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2. Distribuição e admissão de petições;**
- 3. Apreciação e votação de relatórios finais de petições;**
- 4. Apreciação e votação de relatórios de iniciativas europeias, incluindo:**

COM(2011)79 - Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera as Directivas 89/666/CEE, 2005/56/CE e 2009/101/CE no que respeita à interconexão dos registos centrais, registos comerciais e registos das sociedades. Associados os seguintes documentos: SEC(2011)222 - Commission staff working document: impact assessment; SEC(2011)223 - Documento de trabalho dos serviços da comissão: resumo da avaliação de impacto;

Relator - Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP);

COM (2010) 747 - LIVRO VERDE: Reduzir os trâmites administrativos para os cidadãos: Promover a livre circulação dos documentos públicos e o reconhecimento dos efeitos dos actos de registo civil;

Relator - Deputado João Oliveira (PCP);

- 5. Apresentação do relatório de participação na reunião interparlamentar promovida pelo Parlamento Europeu - "Women in Politics in the European Union" – que decorreu no dia 3 de Março de 2011 em Bruxelas;**

Deputada Maria do Rosário Carneiro (PS);

- 6. Outros assuntos.**

11:30 Horas

Audição do candidato ao lugar de Juiz do Tribunal Constitucional - Juiz Conselheiro José da Cunha Barbosa, nos termos do n.º 3 do artigo 256.º e do artigo 257.º do Regimento da Assembleia da República.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Estavam presentes os Senhores Deputados constantes da folha de presenças em anexo.

No primeiro ponto da ordem de trabalhos, foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

58/XI/2.ª (GOV)	Altera a Lei Tutelar Educativa, aprovada pela Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro - de que foi nomeada Relatora a Senhora Deputada Teresa Morais (PSD).
591/XI/2.ª (BE)	Cria a figura do Projecto de Resolução de Iniciativa Cidadã (Terceira alteração à Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto) - de que foi nomeado Relator o Senhor Deputado Ricardo Rodrigues (PS).
598/XI/2.ª (CDS-PP)	Garante aos advogados a consulta dos processos administrativos e judiciais de natureza tributária sem necessidade de exibição de procuração - de que foi nomeado relator o Senhor Deputado António Filipe (PCP).

A este respeito, a Comissão deliberou ainda não distribuir o Projecto de Lei n.º 581/XI/2.ª (PS) - *Altera a Lei n.º 12/97, de 21 de Maio (Primeira alteração à Lei n.º 12/97, de 21 de Maio "Regula a actividade de transporte de doentes por corpos de bombeiros e cruz vermelha portuguesa)*, solicitando ao PAR a sua redistribuição à Comissão de Saúde, por se ter considerado que a matéria em causa se inscreve no âmbito das suas competências.

Ainda quanto a este ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente deu conta da baixa à Comissão, para os efeitos do disposto no artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República, dos Projectos de Resolução indicados no quadro infra, tendo os Grupos Parlamentares proponentes indicado que pretendiam agendar a sua apreciação para futura reunião da Comissão:

473/XI/2.ª (CDS-PP)	Recomenda ao Governo a adopção de medidas específicas de reforço das Forças e Serviços de Segurança na região do Algarve.
483/XI/2.ª (PCP)	Propõe medidas de melhoria do funcionamento do sistema judicial na Região Autónoma da Madeira.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

489/XI/2ª PCP	Recomenda ao Governo o reforço dos meios e instalações da Polícia de Segurança Pública na Região Autónoma da Madeira
490/XI/2ª BE	Recomenda a criação de Gabinetes de mediação nas instalações dos Tribunais de Família e Menores.
491/XI/2ª BE	Recomenda a realização de campanhas permanentes contra a violência doméstica.
495/XI/2ª BE	Recomenda ao Governo a implementação da regulamentação europeia para a mobilidade de artistas.
516/XI/2ª BE	Recomenda a autonomização dos dados estatísticos relativos a homicídios cometidos em contexto conjugal
520/XI/2ª BE	Recomenda a regulamentação do pagamento de honorários aos advogados inscritos no Sistema de Acesso ao Direito e aos Tribunais
525/XI/2ª BE	Recomenda a revisão da política de arrendamentos do Ministério da Justiça

Ainda antes de passar ao segundo ponto da ordem do dia, o Senhor António Gameiro (PS) foi designado relator da iniciativa europeia COM(2011)136 - RELATÓRIO DA COMISSÃO: Fundo de Solidariedade da União Europeia - Relatório anual de 2009.

Por outro lado, a Comissão considerou já não ser possível escrutinar em tempo a iniciativa COM(2011)137 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1049/2001 relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, que, no entanto, reputou ser da maior importância, pelo que deliberou que, se assim o entender, poderá ser a Comissão de Assuntos Europeus a fazê-lo.

Passando ao segundo ponto da ordem de trabalhos, foram admitidas por unanimidade dos partidos presentes (PS, PSD e BE) as seguintes petições:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

- 164/XI/2.^a, da iniciativa de Octávio Ribeiro e outros - *Pela criminalização do enriquecimento ilícito dos titulares de cargos políticos* (30 000 assinaturas), de que foi designado relator o Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD);
- 165/XI/2.^a, da iniciativa de João Miguel Fernandes Rebelo – *Solicita a declaração de inconstitucionalidade da Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e do financiamento das campanhas eleitorais*, de que foi designada relatora a Senhora Deputada Helena Pinto (BE);
- 166/XI/2.^a, da iniciativa de João Miguel Fernandes Rebelo - *Pretende que se solicite ao Ministério Público uma investigação às empresas públicas, por gestão danosa e tráfico de influências e que a Assembleia da República legisle no sentido de se pôr termo a despesas de representação e a regalias de titulares de cargos políticos e públicos*, de que foi designado relator o Senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS-PP);
- 167/XI/2.^a, da iniciativa de João Miguel Fernandes Rebelo – *Solicita a admissão do casamento poligâmico*, de que foi designado relator o Senhor Deputado Jorge Bacelar Gouveia (PSD);
- 168/XI/2.^a, da iniciativa de João Miguel Fernandes Rebelo - *Solicita a alteração do Estatuto da Ordem dos Advogados no que concerne à liberdade de expressão e de informação dos advogados*, de que foi designado relator o Senhor Deputado António Filipe (PCP);
- 169/XI/2.^a, da iniciativa de João Miguel Fernandes Rebelo - *Solicita a declaração de inconstitucionalidade da legislação relativa à exclusão da ilicitude nos casos de interrupção voluntária da gravidez*, de que foi designado relator o Senhor Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP).

Passando ao terceiro ponto da ordem do dia, o Senhor Deputado António Gameiro (PS), apresentou o relatório final da Petição n.º 68/XI/1.^a, da iniciativa de Ricardo André da Conceição Matos Correia, solicitando que “*Sejam tomadas medidas e criada legislação adequadas que dignifiquem os bombeiros portugueses e melhorem as condições para o bom desempenho das funções*”, que foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do PEV.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Ainda neste ponto, o Senhor Deputado António Gameiro (PS) apresentou o relatório final da Petição n.º 111/XI/2.ª, da iniciativa de José Francisco Ferreira e outros (1051 assinaturas), solicitando “a alteração da alínea ag) do artigo 2.º da Lei das Armas, relativa à reprodução de arma de fogo para práticas recreativas”, que foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

No quarto ponto da ordem do dia, a Senhora Deputada Maria do Rosário Carneiro (PS) apresentou o relatório da iniciativa europeia “COM(2011)60 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: Programa da UE para os direitos da criança”, que foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Neste mesmo ponto, o Senhor Deputado Jorge Bacelar Gouveia (PSD) apresentou ainda o relatório relativo à “COM(2010)573 - COMMUNICATION FROM THE COMMISSION: Strategy for the effective implementation of the Charter of Fundamental Rights by the European Union”, que foi aprovado unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Passando ao quinto ponto da ordem do dia, a Senhora Deputada Maria do Rosário Carneiro (PS) apresentou à Comissão o relatório de participação na reunião interparlamentar promovida pelo Parlamento Europeu - “Women in Politics in the European Union” – que decorreu no dia 3 de Março de 2011 em Bruxelas.

Passando ao ponto final da primeira parte da reunião, o Senhor Deputado Fernando Negrão apresentou o parecer relativo à Proposta de Lei n.º 55/XI/2.ª (GOV) – Cria, na dependência da Polícia Judiciária, o Gabinete de Recuperação de Activos (GRA), cujas partes I e III foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Finalmente, depois de aprovadas por unanimidade – registando-se a ausência do PEV – as actas n.ºs 36 a 43 (reuniões de 1 a 23 de Março), o Senhor Deputado Luís Montenegro (PSD) deu conta à Comissão de que subscreverá um Projecto de Lei que pretende aprovar o regulamento orgânico da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA),



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

procurando, desta forma, criar as condições legais para evitar que este organismo se extinga por falta de funcionários, consequência da inadequação de certas disposições da Lei n.º 12-A/2008.

Esclarecendo que tal iniciativa não significará qualquer acréscimo de encargos para o Orçamento da Assembleia da República, convidou os Senhores Deputados de todos os Grupos Parlamentares a subscrevê-la.

Pelas onze horas e quarenta e cinco minutos teve início a audição do candidato ao lugar de Juiz do Tribunal Constitucional, Senhor Juiz Conselheiro José da Cunha Barbosa, nos termos do n.º 3 do artigo 256.º e do artigo 257.º do Regimento da Assembleia da República.

O Senhor Presidente começou apresentar sucintamente o curriculum do candidato, após o que lhe deu a palavra para uma intervenção de apresentação dos princípios e valores inerentes ao cargo.

Seguidamente, intervieram a Senhora Deputada Teresa Morais (PSD) e os Senhores Deputados Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP), Filipe Neto Brandão (PS) e António Filipe (PCP), que colocaram algumas questões, às quais o Senhor Juiz Conselheiro José da Cunha Barbosa respondeu.

Finalmente, o Senhor Presidente leu o projecto de ofício a enviar a S.Exa o Presidente da Assembleia da República com o seguinte teor: “Tendo esta Comissão, na sua reunião de 30 de Março de 2011, realizado, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 256.º e da alínea b) do artigo 257.º do Regimento da Assembleia da República, a audição prévia do candidato a Juiz do Tribunal Constitucional constante da lista apresentada a V. Exa. e reenviada a esta Comissão, cumpre-me comunicar que as declarações prestadas e a análise do currículo do candidato *José da Cunha Barbosa* permitiram concluir pela verificação dos requisitos necessários ao exercício das funções em causa, bem como pela inexistência de quaisquer incompatibilidades para o exercício das mesmas funções, podendo assim proceder-se à eleição prevista na alínea h) do artigo 163.º e no n.º 1 do artigo 222.º da Constituição da República Portuguesa, bem como no n.º 1 do artigo 12.º e no artigo 16.º da Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional, aprovada pela Lei n.º 28/82, de 15 de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Novembro (com as alterações subsequentes, a última das quais introduzida pela Lei n.º 13-A/98, de 26 de Fevereiro).”, que foi aprovado por unanimidade, não se encontrando presentes o BE e o PEV.

A audição foi integralmente gravada em suportes áudio e vídeo e transmitida, em diferido, no Canal Parlamento, encontrando-se o respectivo [registo vídeo](#) registo vídeo disponível para consulta na página Internet do Canal Parlamento.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às 12 horas e 25 minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Osvaldo de Castro)

Nota: Aprovada em 05-04-2011



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
António Gameiro
Celeste Correia
Fernando Negrão
Filipe Lobo D' Ávila
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Helena Pinto
Hugo Velosa
Isabel Oneto
Jorge Bacelar Gouveia
Luís Montenegro
Luís Pita Ameixa
Manuel Seabra
Maria do Rosário Carneiro
Maria Manuela Augusto
Nuno Magalhães
Oswaldo de Castro
Ricardo Rodrigues
Teresa Morais
Carlos Peixoto
Marques Júnior

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira
Luísa Roseira

Justificaram a falta os seguintes Senhores Deputados: